



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REQUERIMENTO Nº 143, DE 2008
(Do Sr. JOÃO MATOS)

Solicita realização de Seminário Internacional sobre Modelos de Financiamento do Ensino Superior.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizado o “Seminário Internacional sobre Modelos de Financiamento do Ensino Superior”.

Assim, em data a ser definida por esta Comissão e membros interessados, convidaríamos todos os envolvidos a participarem deste Seminário.

JUSTIFICATIVA

Em pesquisa sobre a educação superior no mundo intitulada “O Negócio do Cérebro” a revista *The Economist* sublinha que quatro grandes tendências estão transformando a educação superior: massificação, a expansão da economia do conhecimento, a globalização e a competição entre as universidades. Essas tendências estão tornando o ensino superior mais desejado, mais necessário, mais importante e mais caro.

Para fazer face à essas transformações, segundo a mesma publicação, o pior dos mundos é quando o Estado mantém o ensino superior sob tutela, e não lhe dá os recursos necessários. E o melhor dos mundos é quando o sistema é desregulado, aumentada a competição, e as instituições têm liberdade de buscar seus próprios recursos.

Os exemplos positivos são os Estados Unidos e a China; os exemplos negativos, a maioria dos estados europeus. A pesquisa termina com dois conselhos, tanto para países que estão querendo desenvolver seus sistemas de ensino superior, como a Índia e a China, quanto para os que tem que lidar com

sistemas decadentes, como a Alemanha: diversifiquem suas fontes de financiamento, e deixem que a dinâmica desse processo produza um ensino superior renovado e mais instrumentado a lidar com as tendências atuais. Restringir a dinâmica do ensino superior, que antes mantinha as universidades funcionando, a um pacto exclusivamente com o Estado, transformou-se em um pacto com o imobilismo.

Existe hoje no Brasil um quadro diversificado de instituições de ensino superior. As universidades públicas financiadas com recursos públicos e que deveriam ser estimuladas a buscar recursos adicionais em outras fontes. Instituições privadas não lucrativas com missões importantes que poderiam ser financiadas em razão de sua qualidade e de seus resultados. E instituições privadas organizadas com fins lucrativos, que podem, inclusive vender seus produtos para o governo. Caso, por exemplo, do PROUNI. O governo, ao comprar lugares para alunos carentes, já financia, de alguma forma, as instituições privadas.

Por outro lado, há uma consciência crescente i) de que o setor público já não tem como ser mais o único provedor de recursos para as universidades; ii) quando este recurso existe, ele não deve ser transferido de forma automática e desvinculado de resultados que precisam ser explicitados e avaliados.

O debate sobre as alternativas de financiamento do ensino superior tem, até agora, se reduzido ao binômio: ensino público gratuito x ensino pago; ou universidade pública e universidade privada. É necessário, porém, qualificar essa discussão com a discussão do apoio ao ensino superior que dá resultados e agregar conceitos como ensino de boa e de má qualidade. Do apoio ao ensino superior que usa bem seus recursos e que assume a responsabilidades pela qualidade de seus produtos. O setor privado que já atende à 75% dos alunos de ensino superior no Brasil, não pode ser demonizado e necessita de um sistema adequado de regulação, tanto quanto o setor público.

Nesse quadro, o objetivo do seminário é o de conhecer e discutir experiências e modelos internacionais de financiamento do ensino superior examinando alternativas de como garantir a expansão do ensino superior com melhor qualidade, com mais inclusão social e uma adequada distribuição profissional.

Sala das Reuniões, em 24 de março de 2008.

Deputado **JOÃO MATOS**